



## **MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL**

### **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2018.**

**Nº. 5/2018**

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Paulo Jorge Maria do Nascimento, em substituição de Francisco José Caldeira Duarte, ao abrigo do disposto do nº.1 do artigo 78º. da Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

#### **1. - ABERTURA:**

Achando-se presente o número legal para se constituir em reunião, foi a mesma declarada aberta pelo Sr. Presidente da Câmara, pelas 10,40 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º. - Apreciação e votação da proposta do novo Organograma da Câmara Municipal.
- 2º. - Apreciação e votação de proposta da 1ª. alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2018.
- 3º. - Apreciação e votação de proposta de regularização do pessoal em situação precária.

#### **1º. - Apreciação e votação da proposta do novo Organograma da Câmara Municipal;**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando que o Decreto-Lei nº.305/2009, de 23 de Outubro, diploma que estabelece o regime jurídico da Organização dos Serviços para as autarquias locais, onde a competência para a criação de toda a estrutura passa, uma parte pela Assembleia Municipal, outra pela Câmara Municipal e ainda outra pelo Presidente da Câmara, e todas elas ao nível da decisão sob a forma de deliberação ou despacho, a proferir em momentos diferentes;

Considerando a última alteração verificada na sequência de decisão da Câmara Municipal de 20 de novembro e Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2012.

Assim, nos termos do presente diploma, proponho à Câmara Municipal, a submissão da presente proposta à Assembleia Municipal, para que esta no uso da competência que lhe confere o art.º 6º

do referido regime, profira decisão sobre a criação da seguinte estrutura orgânica hierarquizada, dos serviços municipais, do Município de Castro Verde:

#### 1.- Unidades Orgânicas Nucleares:

Sem unidade orgânicas criadas

#### 1.- Unidades Orgânicas Flexíveis:

Número máximo de Unidades Orgânicas Flexíveis, Cinco lugares de direção intermédia de 2º. Grau – Chefes de Divisão de Administração e Finanças; Divisão de Obras e Gestão Urbanística; Divisão de Ambiente e Espaços Públicos; Divisão de Educação e Ação Social e Divisão de Cultura e Desporto.

##### 1.1. Subunidades Orgânicas Flexíveis:

- 12 (doze) lugares ao nível de Seção/Setor – Coordenadores Técnicos/Encarregados.

Após aprovação desta proposta, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara, promoverão as iniciativas consideradas necessárias para a organização da estrutura aqui proposta, nomeadamente definir as respetivas atribuições e competências das Unidades e através de um Regulamento dos Serviços, pf, do disposto no art.º 75º da LTFP, aprovada pela Lei nº. 35/2014, de 20 de junho, definir também ao nível das Subunidades e restantes serviços as atribuições e competências dos mesmos, por forma a articularmos todos os serviços, tendo em conta os limites do número de Unidades e Subunidades autorizadas pela Assembleia Municipal. “

Apreciado o assunto, em que o Sr. Presidente prestou informação adicional sobre o mesmo, e submetido a votação, deliberou a Câmara por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António João Colaço e Paulo Jorge Nascimento, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente e submete-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

#### **2 º. - Apreciação e votação de proposta da 1ª. alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2018;**

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

“Considerando a necessidade de criar mais alguns lugares não existentes no Mapa de Pessoal para resolver o problema dos precários na Autarquia, pf, do disposto no artigo 6º/2, da Lei nº. 112/2017, de 29 de dezembro;

Considerando que vão a aprovar ao Órgão competente, Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do artigo 28º e seg. do Anexo à Lei nº.35/2014, de 20 de junho;

Assim, face ao exposto, proponho a V. Exªs. a submissão do presente Mapa de Pessoal à Assembleia Municipal, para efeitos de decisão (deliberação), cf. determina o art.º 25º/1-o) do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.”

Apreciado o assunto e submetido a votação, deliberou a Câmara por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente e submete-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal, cujos documentos se anexam à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

### **3º. - Apreciação e votação de proposta de regularização do pessoal em situação precária:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando as pessoas existentes na autarquia, no período que medeia entre o dia 01 de janeiro e o dia 4 de maio de 2017 (regime de aquisição de serviços ou prestação de serviços – regime de avença), ou parte dele, e durante pelo menos um ano à data do eventual início do procedimento concursal para a sua regularização;

Considerando o caso de exercício de funções em igual período, isto é entre os dias 01 de janeiro a 4 de maio de 2017, de pessoal com contrato ao abrigo de emprego-inserção, de emprego-inserção +, as pessoas que tenham exercido as mesmas funções no mencionado período temporal, durante algum tempo nos três anos anteriores à data do início do procedimento concursal de regularização;

Considerando os casos de exercício de funções ao abrigo de contratos de estágio celebrados com a exclusiva finalidade de suprir a carência de recursos humanos necessários à satisfação de necessidades permanentes, durante algum tempo, nos três anos anteriores à data do início do procedimento concursal de regularização;

Considerando que nas autarquias locais é da competência do Órgão Executivo reconhecer que as funções desempenhadas correspondem a necessidades permanentes dos serviços e o vínculo jurídico utilizado é inadequado;

Assim, e face ao exposto:

Dizer que há na autarquia 12 lugares que foram ocupados por trabalhadores que se encontram numa das três considerações mencionadas, cf, doc. anexo I, que trabalharam e outros ainda trabalham na Câmara Municipal nos períodos constantes no mencionado documento, a desenvolver as tarefas com um contrato de aquisição de serviços ou prestação de serviços, celebrados segundo as datas constantes do mesmo;

Correspondem as funções por eles desempenhadas a necessidades permanentes da autarquia, sem qualquer margem para dúvida;

O vínculo que têm com a Câmara Municipal foi o possível à altura em que surgiu a necessidade, um contrato de aquisição ou prestação de serviços;

Mantêm-se esta necessidade e o vínculo jurídico continua a não ser o mais adequado para os trabalhadores em causa;

Com a publicação da Lei nº.112/2017, de 29 de dezembro, que estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários da Administração Pública e local em particular, é uma excelente oportunidade para resolver estes casos;

Considerando a obrigação que existe por parte das várias entidades públicas em aplicar o mencionado regime jurídico, embora de forma extraordinária;

As situações cujos contratos vão terminando, e enquanto o processo de recrutamento não chega ao seu final, consideram-se prorrogados, segundo o regime transitório de proteção, constante no

art.º 16º da Lei nº.112/2017, de 29 de dezembro, e até à conclusão dos correspondentes procedimentos concursais.

Assim, face ao exposto, e ao abrigo do disposto no art.º 2º/3 da Lei nº. 112/2017, de 29 de dezembro, proponho a este Órgão Executivo, o reconhecimento da situação em concreto e o rápido início do procedimento concursal, tendo em vista a regularização da situação.”

Na apreciação desta proposta, o Sr. Vereador António João Colaço manifestou a sua satisfação que tenha sido tomada esta decisão, lembrando que tal foi sempre uma luta por parte do Partido Comunista Português e questionou o porquê da não inclusão na lista do pessoal precário duas ou três mais situações, referindo-se nomeadamente a Natália Aguiar Núria Alves, que exerceram funções no Museu da Ruralidade, e a Sérgio Chaveiro Gatinho que exerceu funções até há pouco tempo no IN Castro.

O Sr. Presidente da Câmara informou que as situações propostas referem-se apenas a pessoal que está em funções no momento.

O Sr. Vereador Paulo Nascimento congratulou-se com o desbloquear desta situação, por parte do atual governo, no sentido de regularizar a situação do pessoal precário existente nos diferentes domínios da administração, nomeadamente na Local.

Apreciado o assunto e submetido a votação, deliberou a Câmara por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

Informou o Sr. Vereador António João Colaço que pese embora terem votado favoravelmente esta proposta, pretendiam os eleitos da CDU apresentar, a posteriori, uma declaração sobre o que entendiam sobre a não recente renovação do contrato celebrado com Sérgio Chaveiro Gatinho e a sua consequente não inclusão no pessoal em situação precária.

A declaração apresentada é a seguinte:

“Os eleitos da *CDU – Coligação Democrática Unitária* votam favoravelmente a proposta de regularização de pessoal em situação precária, apresentada na reunião extraordinária da Câmara Municipal, de 26 de fevereiro de 2018, e congratulam-se com o desenvolvimento do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários da administração pública, com destaque para a administração local, dando continuidade a um processo que se formalizou com a publicação da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, medida que vem de encontro à posição política que defendemos nesta matéria.

Este programa vem dar resposta à constante reivindicação das autarquias locais que, durante o período de austeridade, se viram impedidas de proceder à contratação de pessoal devido às restrições que lhe foram impostas pelos governos anteriores, levando a que alguns serviços, onde se insere a entrada em funcionamento de novos equipamentos, tivessem que ser assegurados por pessoal contratado através dos vínculos possíveis.

Neste contexto, em que se insere a Câmara Municipal de Castro Verde, no início da preparação do programa de regularização do pessoal em situação precária, remeteu esta autarquia à DGAL, aquando da preparação do programa, em Setembro do ano transato, na vigência do anterior executivo, uma primeira informação do pessoal que se encontrava em situação precária e que importa regularizar.

Assim, face ao mencionado anteriormente, e perante a proposta que foi presente à sessão de câmara, concordamos com o rápido início do procedimento concursal, tendo em vista a regularização da situação.

No entanto, manifestamos a nossa discordância pelo facto de na informação da lista anexa “Mapa de Pessoal – Precários” não figurar o nome de Sérgio Gatinho, que no período abrangido pelo programa se encontrava ao serviço da Câmara Municipal de Castro Verde desempenhando funções no IN Castro.”

#### **APROVAÇÃO EM MINUTA:**

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada, por unanimidade pela Câmara, para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

#### **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 11 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº.2 do artigo 57º.da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.